

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

15 QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA



01. Pode-se afirmar que a intenção do texto é:

- A. A partir de uma narrativa curta, construir uma história direcionada para um conflito básico.
- B. Satirizar um comportamento humano, promovendo uma reflexão crítica por meio do humor.
- C. Apresentar os resultados de uma análise a partir de dados coletados transformados em imagens humorísticas.
- D. Explicitar o viés do texto a ser explorado unicamente por meio de imagens.
- E. Antecipar uma conclusão a que se pretende chegar por meio de ironia e jogo de palavras.

02. No texto acima é correto afirmar que:

- A. É possível perceber que o preconceito parte dos próprios deficientes.
- B. A entonação na fala do cadeirante levou o homem a pensar que ele queria uma esmola.
- C. O homem que passa pelo cadeirante tem uma visão distorcida acerca do conceito de necessidades especiais.
- D. O cadeirante deveria esclarecer primeiro sua necessidade, pois a sociedade ainda não está preparada para a independência dos portadores de necessidades especiais.
- E. O homem chamado pelo cadeirante é preconceituoso e provou isso ignorando propositalmente a solicitação daquele que lhe pediu ajuda.

03. No texto houve um erro de concordância. Qual troca deveria ser feita a fim de sanar essa incorreção?

- A. O senhor – senhor
- B. Poderia – poderá
- C. Dá – dar
- D. Me – mim
- E. Informação – informações

O Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (CERN) anunciou, nesta quarta-feira (4), a descoberta de uma partícula subatômica inédita que pode ser o bóson de Higgs, conhecido como “partícula de Deus”, chave para entender a formação do Universo. A nova partícula, que havia sido prevista em teorias da física, mas nunca tinha sido detectada, tem características “consistentes” com o bóson de Higgs, mas ainda serão feitos outros estudos para confirmar a descoberta. Segundo a teoria, essa partícula garante a massa de todas as outras partículas existentes e é central na explicação do Universo. Embora a teoria tenha sido aprovada por cientistas do mundo todo, o bóson de Higgs nunca havia sido descoberto.

O diretor-geral do CERN, Rolf Heuer, afirmou que a descoberta é um avanço “histórico”, chave para entender a formação do Universo, mas disse que ainda resta muito trabalho a ser feito. “A descoberta de uma partícula consistente com o Bóson de Higgs abre o caminho para estudos mais detalhados, mas requer maiores estatísticas para esquadriñar as propriedades da nova partícula. Além disso, é provável que jogue uma luz sobre outros mistérios do Universo”.

04. A partir da leitura do texto é correto afirmar-se que:

- A. É indubitável a descoberta da partícula subatômica, o bóson de Higgs, divulgada pelo CERN no dia 04 de julho de 2012.
- B. A consistência das características da partícula subatômica recém-descoberta pelo CERN torna prescindíveis futuros estudos que confirmem a descoberta.
- C. A chamada partícula de Deus só agora foi aceita pelos demais cientistas do mundo, pois até então era só uma teoria.
- D. Segundo o diretor geral do CERN a importância histórica da descoberta da partícula supera o valor científico, já que ainda deverão ser verificadas algumas propriedades da mesma.
- E. Apesar de serem necessários alguns estudos comprobatórios, é inegável o valor da descoberta, que não se encerra em si mesma, pois pode elucidar várias outras questões sobre o universo.

05. O adjetivo ‘inédita’ qualificou que termo?

- A. Descoberta
- B. Partícula
- C. Subatômica
- D. CERN
- E. Quarta-feira

06. “Embora a teoria tenha sido aprovada por cientistas do mundo todo, o bóson de Higgs nunca havia sido descoberto.” Acerca da palavra sublinhada e de sua função no período acima, assinale a alternativa correta:

- A. Adianta que na oração seguinte e na sua anterior há complementos nominais.

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

- B. Introduz uma oração que conterà o efeito causado pela oração posterior, que é a principal.
- C. Adverte o leitor que em seguida haverá uma definição da causa do que foi apresentado na oração anterior.
- D. Introduz uma oração que exprime uma quebra de expectativa em relação à oração posterior.
- E. Expressa sozinha uma circunstância adverbial de condição hipotética.

07. ‘a descoberta de uma partícula subatômica inédita que pode ser o bóson de Higgs, conhecido como “partícula de Deus”,’ Referente ao emprego da vírgula considerado obrigatório pela variedade padrão, assinale a alternativa que contém a regra que motivou seu emprego:

- A. Separar termos de mesma função sintática no interior de uma oração.
- B. Isolar o vocativo.
- C. Isolar um aposto.
- D. Indicar conjunções intercaladas.
- E. Separar uma oração subordinada adverbial.

08. No trecho ‘mas requer maiores estatísticas para esquadriñar as propriedades da nova partícula’, o termo ‘esquadriñar’ poderia ser substituído sem prejuízo da compreensão do texto, EXCETO:

- A. Por ‘procurar minuciosamente’.
- B. Por ‘perscrutar’.
- C. Por ‘analisar com atenção’.
- D. Por ‘mitigar esforços’.
- E. Por ‘estudar detalhadamente’.

Congresso Internacional do Medo

Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
não cantaremos o ódio, porque este não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte.
Depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.
(Carlos Drummond de Andrade)

09. O texto acima emprega vários termos de mesmo campo semântico. A partir dessa constatação assinale a alternativa correta:

- A. Os termos estão no campo semântico dos bens materiais mais desejados pelo homem no mundo moderno.
- B. Dentre esses vocábulos de mesmo campo semântico, um deles prevalece: o medo.

- C. O poeta faz questão de nacionalizar os sentimentos citados, dando ao texto, uma cor local.
- D. As palavras pertencentes ao campo semântico dos sentimentos: amor, medo, ódio estão empregados e abordados em completa paridade no poema.
- E. A redução do tema do poema a um único campo semântico empobrece o poema ao mesmo tempo em que dificulta sua compreensão.

10. Em ‘existe apenas o medo’ e ‘Depois morreremos de medo’ os termos sublinhados têm a função sintética respectivamente de:

- A. Objeto direto e adjunto adverbial de modo.
- B. Agente da passiva e complemento nominal.
- C. Complemento nominal e adjunto adverbial de causa.
- D. Sujeito e objeto direto.
- E. Predicado nominal e predicado verbal.

11. ‘Provisoriamente não cantaremos o amor, que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.’ No trecho retirado do poema lido, é correto afirmar que:

- A. A linguagem denotativa predomina.
- B. Não se pode identificar a presença de linguagem conotativa.
- C. Houve a personificação de elementos abstratos.
- D. A ausência de rimas no interior do verso prejudicou a musicalidade obrigatória em todo texto lírico.
- E. Buscou ridicularizar o sentimento de amor do eu-lírico.

12. Em qual dos trechos a vírgula foi empregada para separar termos de mesma função sintática?

- A. ‘Provisoriamente não cantaremos o amor, que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.’
- B. ‘Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços’
- C. ‘não cantaremos o ódio, porque este não existe’
- D. existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro’
- E. ‘o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,...’

13. Em qual dos trechos abaixo o acento grave foi erroneamente omitido?

- A. O recente tsunami que matou cerca de 2 mil moradores do povoado litorâneo de Rikuzenkataka também arrastou as 70 mil árvores locais.
- B. A única que resistiu a catástrofe, num raio de vários quilômetros, foi um pinheiro de 27,5 metros de altura.
- C. Segundo Takashi Kubota, vice-prefeito de Rikuzentakta, a árvore "resistiu, entre outras razões, graças a sua altura".

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

- D. Nos meses seguintes, suas raízes morreram e o ocorrido faz com que a morte da árvore seja inevitável, a menos que seja recoberta com um tipo de gelatina especial – um tratamento caro que o município deseja financiar por meio da campanha no Facebook.
- E. O orçamento total de reconstrução da cidade será elevado a 60 bilhões de ienes (cerca de R\$ 1,515 bilhão), embora o custo total nos próximos anos possa se multiplicar por dez.

14. Em qual dos trechos de contos do escritor Moacyr Scliar houve desvio da norma padrão no que concerne à regência dos verbos no momento da transcrição do texto original?

- A. ‘O homem disse que não tinha, na pressa da viagem esquecera os documentos.’
- B. ‘Não seria muito confortável, mas em compensação não pagariam à diária.’
- C. ‘E foi aí que o gerente começou a achar que talvez tivesse perdido os hóspedes mais importantes já chegados a Belém de Nazaré.’
- D. ‘O casal chegou à cidade tarde da noite.’
- E. ‘Tomou a esposa pelo braço e seguiu adiante.’



15. Muitas vezes o humor na tirinha não é causado por uma piada ou expressão jocosa. É o caso da tirinha de Calvin em que o humor vem:

- A. Da impossibilidade do ato.
- B. Do aparecimento de um elemento surpresa.
- C. Da conjunção de atitudes humanas com a de seres inanimados.
- D. Da participação de um adulto em uma história exclusivamente infantil.
- E. Da falta de percepção do próprio autor ao dar um desfecho ilógico ao texto.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS

16. Exige tarifas razoáveis; os serviços devem ser remunerados a preços razoáveis.

Esta definição é de que princípio administrativo?

- A. Princípio da Permanência
- B. Princípio da generalidade
- C. Princípio da eficiência
- D. Princípio da modicidade
- E. Princípio da cortesia

17. Indique a definição correta de Uniformidade Tributária (art. 151, I, CF):

- A. Imposta aos Estados, Distrito Federal e Municípios para o estabelecimento de diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino, em decorrência do princípio da uniformidade imposta à União.
- B. Admite tão-somente a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio sócio-econômico.
- C. Os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, que é a qualidade pré-jurídica do indivíduo que o capacita a dispor parte do seu patrimônio em favor das necessidades coletivas.
- D. É vedado aos entes tributantes instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, como forma de abolir toda forma de privilégio.
- E. Exigir ou aumentar tributo sem que a lei o estabeleça e não é exceção à faculdade do Poder Executivo em alterar a alíquota nos limites legais do II, IE, IPI e IOF.

18. Referente às infrações à legislação previdenciária, as circunstâncias agravantes da infração, das quais dependerá a gradação da multa, são, EXCETO:

- A. Tentado subornar servidor dos órgãos competente.
- B. Agido com dolo, fraude ou má-fé.
- C. Desacatado, no ato da ação fiscal, o agente da fiscalização.
- D. Acatado a ação da fiscalização.
- E. Incurrido em reincidência.

19. Referente aos Regimes Previdenciários, é INCORRETO afirmar quanto a Repartição Simples:

- A. É o sistema adotado no Brasil em sua maioria de benefícios.
- B. Os segurados contribuem para um fundo único, responsável pelo pagamento de todos os beneficiários do sistema.
- C. Pacto Inter-relacional, isto é, os trabalhadores de hoje custeiam os benefício dos aposentados futuros, dentro do mesmo exercício.

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

- D. Este regime recebe direta influência das taxas de natalidade de um país e de expectativa de vida de seus componentes.
- E. Os ativos contribuem para o benefício dos inativos. Há uma solidariedade entre as pessoas na cotização do sistema para a concessão do futuro benefício. A massa arrecadada por todos é que paga os benefícios dos trabalhadores.

20. Segundo a Constituição do Estado de Pernambuco, Artigo 14. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa, EXCETO:

- A. Estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- B. Julgar as contas do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça e dos que vierem a ser criados.
- C. Fixar, para cada exercício financeiro, a remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários do Estado.
- D. Fixar a remuneração dos Deputados, nos termos desta Constituição.
- E. Julgar as contas do Poder Legislativo apresentadas obrigatoriamente pela Mesa.

21. De acordo com o Decreto-Lei Nº 201/67, Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, EXCETO:

- A. Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.
- B. Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título.
- C. Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
- D. Antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, com vantagem para o erário.
- E. Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente.

22. Referente a Lei Nº 9.424/96, Art. 15. O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base em que alíquota sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados?

- A. De 0,5%
- B. De 2,5%
- C. De 3,0%
- D. De 5,0%
- E. De 10%

23. De acordo com a Lei Nº 4.320/64, Integrarão a Lei de Orçamento, EXCETO:

- A. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo.
- B. Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas.
- C. Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- D. Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- E. Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

24. Levando em conta a Lei Nº 8.429/92, em seu 9º artigo, constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente, EXCETO:

- A. Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- B. Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço superior ao valor de mercado.
- C. Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- D. Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- E. Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

25. Quanto à Lei Nº 10.028/00, dos crimes contra as finanças públicas. "Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa." Requer Pena de:

- A. Reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.
- B. Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
- C. Detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano.
- D. Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
- E. Detenção, de 1 (um) ano a 2 (dois) anos.

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

26. Quanto à Lei complementar Nº101/00, Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, abaixo discriminados. Indique a alternativa CORRETA:

- A. União: 50%; Estados: 60%; Municípios: 60%.
- B. União: 30%; Estados: 50%; Municípios: 50%.
- C. União: 60%; Estados: 50%; Municípios: 50%.
- D. União: 25%; Distrito Federal 40%; Estados: 60%; Municípios: 60%.
- E. União: 40%; Distrito Federal 40%; Estados: 50%; Municípios: 50%.

27. Sobre a Lei Nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, O Artigo 3º estabelece precisamente que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, dos quais é INCORRETO afirmar:

- A. I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- B. II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e a religião.
- C. III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- D. IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância.
- E. V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

28. Referente à Constituição do Estado de Pernambuco, Capítulo II, do Poder Legislativo em seu 7º artigo estabelece que a Assembleia Legislativa reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado no seguinte período:

- A. De 27 de janeiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 20 de dezembro.
- B. De 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro.
- C. De 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 21 de dezembro.
- D. De 01 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 30 de dezembro.
- E. De 01 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 21 de dezembro.

29. Código Tributário Nacional, CAPÍTULO II, VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. Segundo Art. 15. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, em que ordem?

- A. A analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; e a equidade.
- B. Os princípios gerais de direito público; a equidade a analogia; e os princípios gerais de direito tributário.
- C. A analogia; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; e a equidade.

- D. A analogia; a equidade; os princípios gerais de direito tributário; e os princípios gerais de direito público.
- E. As citações das alternativas anteriores em qualquer que seja a ordem.

30. Do Código de Processo Civil, Sobre Embargos Infringentes é INCORRETO afirmar:

- A. Art. 530 - Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.
- B. Art. 531 - Interpostos os embargos, abrir-se-á vista ao recorrido para contra-razões; após, o relator do acórdão embargado apreciará a admissibilidade do recurso.
- C. Art. 532 - Da decisão que não admitir os embargos caberá agravo, em 15 dias, para o órgão competente para o julgamento do recurso.
- D. Art. 533 - Admitidos os embargos, serão processados e julgados conforme dispuser o regimento do tribunal.
- E. Parágrafo único - A escolha do relator recairá, quando possível, em juiz que não haja participado do julgamento da apelação ou da ação rescisória.

31. Para que uma lei tributária que aumentou ou cria um tributo possa produzir efeitos neste ano, é necessário que ela tenha sido publicada, no máximo, até:

- A. O último dia do ano anterior do aumento ou criação do tributo.
- B. Um ano antes do aumento ou criação do tributo.
- C. Um mês antes do aumento ou criação do tributo.
- D. Dois anos antes do aumento ou criação do tributo.
- E. A qualquer tempo antes do aumento ou criação do tributo.

32. No Código de Processo Penal, o artigo 647 afirma: “Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar .” Segundo art. 648: “A coação considerar-se-á ilegal, EXCETO:

- A. Quando não houver justa causa.
- B. Quando retrograda a punibilidade.
- C. Quando alguém estiver presos por mais tempo do que determina a lei.
- D. Quando houver cessado o motivo que a autorizou a coação.
- E. Quando o processo for manifestamente nulo.

33. Dos crimes praticados por funcionários públicos; Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem requer pena de:

- A. Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- B. Reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.
- C. Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2012

- D. Reclusão, de 6 meses a 2 anos, e multa de igual ao valor apropriado mais 100%.
- E. Multa igual ao valor apropriado mais 100%.

34. Quanto ao código penal é INCORRETO afirmar:

- A. Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- B. Art. 4º - Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- C. Art. 8º - A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- D. Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a três terços.
- E. Art. 17 - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

35. São características do crime privilegiado (artigo 289, § 2º CP), EXCETO:

- A. Visa a evitar o prejuízo.
- B. O agente recebeu a moeda falsificada de boa-fé.
- C. Geralmente é criminoso de ocasião.
- D. Dolo direto ou eventual.
- E. Consumação: com a volta à circulação.

36. É aquele que depois de consumado atinge suas últimas consequências; estas podem constituir um indifferente penal ou condição de maior punibilidade.

Esta é a definição de que tipo de crime?

- A. Crime exaurido
- B. Crimes dolosos
- C. Crimes preterdolosos
- D. Crimes habituais
- E. Crimes agravados

37. Na Administração das Sociedades por Ações, o conselho de administração será composto por, no mínimo, quantos membros, eleitos pela assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo?

- A. 2
- B. 3
- C. 4
- D. 5
- E. 6

38. Os contratos administrativos têm várias peculiaridades, suas principais características são, EXCETO:

- A. Consensualidade: os contratos administrativos são atos bilaterais, pois dependem de um acordo entre as partes.
- B. Presença da Administração Pública como Poder Público, ou seja, no exercício de suas prerrogativas conferidas pelo Direito Público – incidência de cláusulas exorbitantes.
- C. Onerosidade: o contratado recebe um pagamento na forma convencionada.
- D. Comutatividade flexível: as prestações das partes nem sempre são equivalentes entre si.
- E. Procedimento legal – geralmente, há necessidade de licitação prévia.

39. É o que se exerce pelo desempenho de funções atribuídas a um Poder de sustar ou desfazer atos praticados por um outro. Por este controle, realiza-se a mais drástica das modalidades de controle, cometendo-se ao Poder interferente a competência constitucional de suspender a execução, ou de desfazer, atos do Poder interferido que venham a ser considerados viciados de legalidade ou de legitimidade.”

Dentro do sistema de freios e contrapesos, esta descrição acima é de que tipo de controle?

- A. Cooperação
- B. Consentimento
- C. Fiscalização
- D. Correção
- E. Estabilização

40. De acordo com o Código Penal em seu artigo 317, sobre a corrupção passiva indique a alternativa INCORRETA:

- A. A objetividade jurídica continua sendo a probidade administrativa.
- B. O sujeito ativo é o Estado e a vítima é apenas o servidor público.
- C. São três as condutas: solicitar, receber, e aceitar a promessa de vantagem.
- D. O crime se consuma no momento da aceitação, do recebimento ou da solicitação da vantagem.
- E. O parágrafo segundo desse artigo traz a figura da corrupção passiva privilegiada, hipótese na qual o servidor não visa receber qualquer vantagem indevida, mas pratica ato, deixa de praticá-lo ou retarda sua prática, infringindo dever de ofício cedendo a pedido ou influência de terceiros.